

LIVRO DIDÁTICO: UM MAL NECESSÁRIO?

Joel Rufino dos Santos
Escritor; do Museu Histórico da
Cidade do Rio de Janeiro

V

ou fazer o possível para defender o livro didático. Tenho alguma gratidão pelo livro didático, porque quando me alfabetizei, com nove, dez anos, foi no livro didático que bebi motivação para estudar mais tarde. Claro que também bebi motivação na Bíblia, nas histórias em quadrinhos, numa porção de coisas, mas no livro didático, também. Nós tínhamos, naquele tempo, na aula de Português — hoje seria Comunicação e Expressão —, um livro chamado *Caminho Suave*: quando não servia como arma nas brigas da hora do recreio, era um livro interessante. Fui apresentado a Raul Pompéia — um autor essencial para a literatura brasileira — nesse *Caminho Suave*. Eu era um garoto de subúrbio, filho de operário, estudante de uma escola muito ruim, mas nesse livro didático foi que me encantei pela literatura. Por sinal o *Ateneu* é um raio X da pedagogia no final do século passado, onde o livro didático aparece como personagem — aqueles compêndios verde e amarelo que atochavam as escolas da pátria. Só que Raul Pompéia, como solução para aquele livro didático e para aquela pedagogia, opta pelo incêndio, no final ele bota fogo em tudo, desse jeito se resolve o problema. Mais ou menos como eu acho que se pode resolver hoje o problema da escola e do livro didático.

Preparei-me para essa conversa com três ou quatro textos: *Racismo nos livros didáticos brasileiros* do Mauro Barbosa, *Estereótipos de índios através dos livros didáticos* de Hilda Gomes Vieira e o excelente *O aprendizado da ordem*, de Filomena Rego. Pelo visto as coisas que eu esperava dizer, a partir

desses três textos, já foram ditas. Só queria ler uma pérola de um desses manuais didáticos estudado por essas pessoas. É uma passagem em que um índio conversa com um bandeirante. *Índio* — “Você quer me explicar, bandeirante, qual é a diferença entre entradas e bandeiras?” *Bandeirante* — “As bandeiras eram expedições geralmente particulares, realizadas pela necessidade de encontrar mão-de-obra para a lavoura”. *Índio* — “Prazer em conhecê-lo, senhor bandeirante, os brasileiros agradecem a magnífica contribuição que vocês deram a nossa pátria”.

Diante disso, só há uma conclusão: os manuais didáticos são de fato entidades nefastas. Entidades nefastas que refletem, é evidente, uma percepção que a sociedade brasileira faz de si, uma concepção irreal, mas que sustenta o ser brasileiro, o fato de alguém se considerar brasileiro. Eu quero dizer com isso uma coisa óbvia: que os manuais didáticos são simples condutores de ideologia. É claro que neles, também, se produz alguma coisa, neles, também, se gera alguma coisa que vai realimentar as concepções gerais do Brasil, mas são fundamentalmente transmissores de ideologias, assim como um museu também é, assim como os discursos dos políticos de centro, de esquerda, ou de direita, também o são. A mesma leitura da História do Brasil, por exemplo, que se faz no manual didático é a que se faz na exposição de um museu, é a mesma que se faz no discurso de um político liberal ou mesmo de um político da esquerda ortodoxa ou mesmo de um político de direita. Quer dizer, o livro didático não é excepcional nesse sentido, ele segue a norma.

Na verdade, eu acho que o que está em discussão é o país nefasto que é o Brasil e que precisa ser exorcizado. Eu acredito que não é preciso esperar uma mudança social revolucionária para se fazer alguma coisa. É preciso partir desse diagnóstico fundamental: o livro didático é um mero condutor de ideologia, é um mero multiplicador de preconceitos e o que, na verdade, está profundamente errado, é profundamente perverso, é isso que a gente chama de Brasil. Eu não tenho nenhum problema em confessar isso: eu não gosto nada do Brasil. Eu estou naquele grupo de intelectuais, de profissionais liberais, que detestam o Brasil da maneira como ele é. Eu acho que é isso, na verdade, o que está em questão. Vejam, por exemplo, que a concepção de família que aparece no manual didático é a concepção de família que todos nós nos fazemos, com maior ou menor consciência, com maior ou menor angústia, aflição, mas de qualquer jeito é a mesma concepção em que o macho branco ocupa o centro. Ponto em torno do qual, em círculos concêntricos, giram as outras personagens sociais, até o círculo mais externo em que gira o próprio negro, em que gira a mulher negra. A concepção que nós fazemos de nação, de Brasil, é a da família amplificada. Por sinal, foi Rui Barbosa quem encontrou essa fórmula magistral para definir o significado da família diante da pátria e da pátria diante da família. Ele dizia exatamente isso: a pátria é a família amplificada. A concepção que nós nos faze-



mos da pátria é essa: é a do macho branco no centro e em torno dele girando, como eu disse, todas as outras personagens. Essa concepção de família, e amplificada de pátria, é a concepção que nós nos fazemos desde o tempo da Colônia. É possível até demonstrar que a maioria das famílias no tempo colonial não obedecia a esse modelo. A família normal, a família mais difundida no Brasil não era essa família patriarcal (alguns estudos históricos vêm mostrando isso hoje, derrubando o mito de que o Brasil foi, durante todo o período colonial, um exemplo perfeito de patriarcalismo). Até isso pode ser verdade, mas de qualquer jeito, a imagem que se fazia do Brasil no final da Colônia e no momento em que começam os primeiros projetos de nação, é da família patriarcal. É essa família em que alguém, o macho branco, é o centro de tudo.

A concepção que nós fazemos de povo brasileiro também é a concepção que vai aparecer no livro didático. Por exemplo, aquela hipótese das três raças formadoras: o povo brasileiro seria o encontro entre negros, brancos e índios. O branco como sendo o elemento dado, o óbvio, aquele que ocupa o centro da definição. Essa concepção é a que está no livro didático, qualquer livro didático vai mostrar isso: o branco como o óbvio, como o elemento central, o negro à direita, o índio à esquerda, trocando algumas vezes, mas de qualquer jeito sempre numa posição secundária. Essa concepção que todos nós nos fazemos da formação do povo brasileiro. Nesse sentido, é possível defender o livro didático, ele é o que o Brasil pensa que o Brasil é. Na verdade o mal está nisso que nós pensamos que é o Brasil.

A correção dessa concepção é o que importa realmente. O que, na verdade, precisamos é alterar fundamentalmente a nossa concepção de Brasil, a nossa concepção de família, a nossa concepção de pátria, a nossa concepção de nação. Eu convido vocês a serem honestos no diagnóstico dessas concepções: a verdade é que, tanto os pensadores de esquerda quanto os pensadores de direita; os pensadores críticos, que querem mudar a sociedade brasileira, como os pensadores conservadores que querem

manter os privilégios dos exploradores; e ainda, também, os que se situam no centro liberal, essas pessoas todas têm uma concepção de Brasil, segundo a qual isso aqui é uma sociedade que vem evoluindo no sentido de se tornar uma nação, ou de que já é uma nação. Essa maneira de ver é que, hoje, começa a ser criticada. A partir daí é que, talvez, algum dia, possamos alterar o livro didático que é um mero veiculador.

É claro que esse é um processo lento, a médio, a longo prazo, que implica em muito esforço, muita discussão, muito tempo. Algo é preciso fazer já, imediatamente, e é possível fazer. Por exemplo: eu gostaria de ver os professores, especialmente de Comunicação e Expressão e de Estudos Sociais, todos os professores, praticarem a desobediência civil. Por que tem que ter livro didático? A gente parte do pressuposto de que tem que ter livro didático e pessoas que têm visão crítica vivem recomendando livro didático. Os livros didáticos são todos ruins, eu não conheço nenhum bom. O meu é horrível, eu tenho vergonha do meu livro didático. Todos são muito ruins. Então, para que livro didático? Tem que acabar com isso. É um ato refletido, consciente, de desobediência mesmo. Vamos deixar esse negócio de lado. E acho que é uma medida imediata. Além dessa medida imediata, dessa desobediência civil, é a solução de Raul Pompéia no *Ateneu*: botar fogo, e desse jeito acabar com essa história. É o que eu estou propondo aqui, já que tem que ter uma proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.W.B. de. *Racismo nos livros didáticos brasileiros*. São Paulo, CEDI, s/data. [mimeo.]
- REGO, M.F. *O Aprendizado da Ordem*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.
- VIEIRA, H.G. *Estereótipos de índios através dos livros didáticos*. Universidade Federal de Santa Catarina, Museu de Antropologia. Florianópolis, 1974. [mimeo.]